

## O envolvimento de parlamentares evangélicos em casos de corrupção na Câmara dos Deputados

### *The involvement of evangelical parliamentarians in cases of corruption in the Chamber of Deputies*

**Rafael Bruno Gonçalves**

Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA  
rafaelbruno1980@gmail.com

---

#### **Resumo**

Os escândalos de corrupção são constantes na política institucional brasileira e prejudicam o desempenho da democracia. Este “fenômeno” constantemente vem contribuindo para a depreciação da atuação política e da cultura democrática. Nas últimas legislaturas da Câmara dos Deputados, não foram poucas as denúncias de malversação de dinheiro público, fraudes e irregularidades em esquemas de prestação de serviços, algumas envolvendo deputados da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Este artigo toma a 52ª Legislatura (2003-2007) como objeto de análise, mais precisamente os discursos proferidos por parlamentares evangélicos envolvidos nos principais casos de corrupção durante o período investigado. O propósito deste trabalho, apoiado na teoria do discurso de Ernesto Laclau, é demonstrar as estratégias discursivas utilizadas por estes deputados na sustentação dos argumentos que mencionam a temática da corrupção, sobretudo diante dos impactos resultantes dos trabalhos de investigação das Comissões Parlamentares Mistas de Inquéritos e do enfrentamento da corrupção no legislativo.

**Palavras-Chave:** Evangélicos. Câmara dos Deputados. Discurso. Corrupção.

---

#### **Abstract**

Corruption scandals are constant in Brazilian institutional politics and undermine the performance of democracy. This "phenomenon" has constantly contributed to the depreciation of political action and democratic culture. In the last legislatures of the Chamber of Deputies, do not there were few reports of embezzlement of public money, fraud and irregularities in service provision schemes, some involving deputies from the Evangelical Parliamentary Front. This article takes the 52 th Legislature (2003-2007) as the object of analysis, more precisely the discourses given by evangelical parliamentarians involved in the main cases of corruption during the period investigated. The purpose of this paper, supported by Ernesto Laclau's discourse theory, is to demonstrate the discursive strategies used by these deputies to support the arguments that mention corruption, especially in light of the impact of the research work of the Joint Parliamentary Committees of Inquiries and of encounter with corruption in the legislature.

**Key Words:** Evangelicals. Chamber of Deputies. Discourse. Corruption.

---

## Introdução

A proposta deste artigo é a de realizar uma análise discursiva da inserção de parlamentares evangélicos nos escândalos de corrupção que ocorreram durante a 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados. Neste sentido, em dois momentos foi possível constatar a participação de deputados federais evangélicos em casos de corrupção, primeiramente no escândalo do “mensalão” e, em segundo lugar, na “máfia das ambulâncias”. O segundo caso revelou a participação de uma parcela significativa de deputados federais pertencentes à Frente Parlamentar Evangélica. Diversos foram os nomes indicados na lista elaborada pela CPI das “sanguessugas”, que mantinham envolvimento direto na máfia das ambulâncias. Estes dois acontecimentos que abalaram a Câmara serão expostos com maiores detalhes neste artigo.

Os principais elementos utilizados neste artigo para a análise serão os pronunciamentos de parlamentares evangélicos que mencionam o tema da corrupção. No entanto, é preciso compreender antes de tudo, o que na teoria política contemporânea se entende por corrupção, quais as abordagens que tratam deste tema e quais os elementos que de fato reforçam este tipo de prática na política.

Neste sentido, este artigo seguirá a seguinte sequência: inicialmente será apresentada uma definição e redefinição de corrupção política, buscando compreender este problema, suas causas e a capacidade de influência sobre determinadas decisões públicas. Na seção seguinte, os escândalos de corrupção na 52ª Legislatura ganharão espaço. Serão apresentados aqueles que de fato tiveram uma participação de parlamentares evangélicos e que garantiram uma maior repercussão midiática, ou seja, o escândalo do “mensalão” e o da máfia das ambulâncias.

Nesta mesma seção, também serão apresentados os desdobramentos destes acontecimentos através da criação das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito: CPMI dos Correios, CPMI da compra de votos e por fim a CPMI das ambulâncias. Por se tratar de uma análise de conteúdo discursivo, a seção seguinte realizará uma apresentação daqueles pronunciamentos provenientes de parlamentares evangélicos, que mencionam os escândalos de corrupção, buscando compreender os sentidos gerados dentro desta construção discursiva. Logo após esta apresentação, será realizada a aplicação das principais categorias teórico-metodológicas procedentes da teoria do

discurso de Ernesto Laclau. Por fim, será destinado um espaço para as considerações finais, ou seja, o que de fato a análise do comportamento discursivo contribui para a compreensão do envolvimento de parlamentares evangélicos nestes escândalos de corrupção que deixaram marcas profundas na legislatura investigada neste artigo.

### **Práticas corruptas: duas definições**

Por se tratar de um tema que vem acompanhando a própria história da teoria política, já que é possível perceber a preocupação com este assunto nos trabalhos de Maquiavel (1469-1527) e Thomas Hobbes (1588-1679), a corrupção no campo político passa a receber diversas caracterizações. Pelas próprias limitações deste trabalho, serão enfocadas apenas duas definições sobre o tema. A primeira será a que aparece no primeiro volume do Dicionário de Política organizado por Norberto Bobbio e a segunda definição, ou melhor, redefinição, será a proveniente do trabalho de Rogério Arantes apresentado no 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.

Justificam-se estas duas opções teóricas pelo fato de que, no primeiro caso, tratar-se de um texto-guia de fundamental importância na ciência política, e no segundo caso, de um trabalho contemporâneo que traz novas percepções sobre a corrupção nas instituições políticas, colocando em prática uma série de elementos provenientes da teoria política somados a uma importante análise fundada em dados empíricos.

Conforme apresenta Norberto Bobbio, no *Dicionário de Política* (1998) no verbete Corrupção, elaborado por Gianfranco Pasquino, esta pode ser identificada como um fenômeno que pode se manifestar através de três formas diferentes. No entanto, para clarificar este tema, antes o autor define da seguinte forma a Corrupção:

Assim se designa o fenômeno pelo qual um funcionário público é levado a agir de modo diverso dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em troca de recompensa. Corrupto é, portanto, o comportamento ilegal de quem desempenha um papel na estrutura estadual. (PASQUINO, 1998, p. 291)

Não existindo apenas uma forma de manifestação de um comportamento corrupto, o autor realiza uma distinção entre aquelas as quais ele considera as mais proeminentes:

A prática da peita ou uso da recompensa escondida para mudar a seu favor o sentir de um funcionário público; o nepotismo, ou concessão de empregos ou contratos públicos baseados não no mérito, mas nas relações de parentela; o peculato por desvio ou apropriação e destinação de fundos públicos ao uso privado. (PASQUINO, 1998, p. 291)

Nesta definição, a Corrupção representa uma relação de troca, entre o corruptível e o corruptor ou, nas palavras do autor, entre aquele que corrompe ou que se deixa corromper (PASQUINO, 1998). Este tipo de comportamento sempre envolverá uma relação que, no fundo, garantirá uma recompensa em troca de interesses daquele que está disposto a cometer determinados atos ilícitos. No entanto, a Corrupção não é sempre igual, ela pode mudar e, conseqüentemente, apresentar características diversas, já que a “Corrupção não está ligada apenas ao grau de institucionalização, à amplitude do setor público e ao ritmo das mudanças sociais; está também relacionada com a cultura das elites e das massas” (PASQUINO, 1998).

Outro trabalho, este mais contemporâneo, mas de importância semelhante, apresenta o problema da corrupção ao mesmo tempo em que realiza um aperfeiçoamento do termo. Conforme já havia sido mencionado anteriormente, o tema “corrupção” vem ocupando importantes espaços de debate. No cenário acadêmico não poderia ser diferente, visto que cresce o número de trabalhos que abordam o fenômeno da corrupção na esfera política.

Atento a este cenário, Rogério Arantes (2010) desenvolve um importante trabalho em que realiza um mapeamento empírico, tendo como foco o combate à corrupção e ao crime organizado dentro do sistema institucional brasileiro. Além da redefinição conceitual da corrupção, o artigo apresenta dados sobre as ações da Polícia Federal, ou seja, os impactos e resultados gerados pelas operações nos diversos Estados brasileiros.

Segundo Arantes, o problema da corrupção, desde o processo de redemocratização, vem ocupando lugar de destaque no debate público e, geralmente, estes escândalos acabam envolvendo diversos segmentos (ARANTES, 2010). A própria formação do Estado brasileiro, formação esta que envolve diferentes práticas de patrimonialismo, clientelismo e corporativismo nas relações entre Estado e Sociedade contribuíram, e ainda continuam contribuindo, para o desenvolvimento da corrupção

política, sendo assim endêmica e cada vez mais presente nos diversos campos de poder e de representação (ARANTES, 2010).

Estamos diante de uma relação na qual o provado é dependente do Estado, já que “a própria dinâmica estatal não teve a capacidade de redefinir os padrões históricos de precária separação entre o público e privado e de desvio de bens e recursos públicos” (ARANTES, 2010). Segundo o autor, o Estado representa aquele organismo responsável pelo controle e mobilização de uma ampla gama de agentes econômicos particulares. Esta constante movimentação faz com que os diversos segmentos que atuam no organismo estatal despertem o interesse de capturar rendas ou outros tipos de benefícios de forma ilícita ou, conforme apresenta Arantes:

Neste cenário, em que agentes privados buscam capturar renda e políticos e burocratas controlam volumosos recursos e promovem a alocação longe dos olhos da sociedade, está dada a oportunidade para a prática da corrupção. (ARANTES, 2010, p. 5)

Baseado neste quadro, Arantes entende que as práticas corruptas continuam sobrevivendo. Mudam os governos, mas os escândalos permanecem o que de certa forma identifica um aperfeiçoamento deste tipo de prática ou, em outras palavras, uma adequação das formas de corrupção diante das inovações tecnológicas inclusive dentro do quadro institucional.

Através da exposição destas duas importantes definições sobre a problemática da corrupção, o objetivo deste artigo na próxima seção será mais focado nos escândalos ocorridos na 52ª Legislatura, mais precisamente os desdobramentos gerados a partir do momento em que foram realizadas as denúncias de práticas corruptoras, assim como a criação das CPMIS, ou seja, as Comissões destinadas a investigação dos escândalos no período que compreende esta legislatura.

### **Escândalos na 52ª Legislatura: o trabalho das CPMIS**

Foram diversos os escândalos de corrupção envolvendo diferentes esferas de poder no primeiro mandato do Presidente Lula. As acusações começaram a surgir em maio de 2005 através de diversas denúncias feitas na mídia. O primeiro escândalo de corrupção que envolvia deputados federais na 52ª Legislatura foi o esquema do “mensalão”. O Ex-Deputado Federal Roberto Jefferson, em 2005, começou a revelar,

em diversas ocasiões, a existência de um esquema de financiamento ilegal da base de apoio ao Governo Federal, tendo como principais participantes os deputados federais (CONGRESSO NACIONAL, 2006a).

Segundo o relatório final dos trabalhos da CPMI dos Correios, tratava-se de um esquema que manifestava casos de improbidade administrativa, corrupção, desvios de conduta e malversação de recursos públicos. Os depoimentos do Ex-Deputado Roberto Jefferson sustentavam que era prática comum este repasse ilegal de verbas para parlamentares que votavam em harmonia com as propostas do Governo.

No entanto, é importante destacar que as primeiras denúncias públicas sobre um esquema ilegal de financiamento nestes moldes surgiram em 24 de setembro de 2004, em reportagem publicada no Jornal do Brasil, intitulada “Miro denuncia propina no Congresso” (CONGRESSO NACIONAL, 2006a). Porém, foi com o depoimento de Roberto Jefferson na CPMI dos Correios, no dia 30 de Junho de 2005, que o esquema iria garantir de vez o seu lugar no centro das atenções na política brasileira.

Roberto Jefferson revelava a corrupção na sua pior condição. A prática do mensalão, segundo o relatório, teve início no cenário político do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo políticos locais, e era coordenada pelo Ex-Deputado Bispo Rodrigues, que naquela época, era uma referência política dentro da Igreja Universal do Reino de Deus, tendo se tornado o principal coordenador político desta igreja no Rio de Janeiro. O esquema do mensalão, conforme aparece no relatório final da CPMI da “Compra de Votos” é definido na seguinte forma: “(...) um esquema ilegal de financiamento, voltado ao aliciamento de parlamentares e partidos para a base do Governo no Congresso Nacional, o qual, eventualmente, comportaria o pagamento de subornos com alguma periodicidade” (CONGRESSO NACIONAL, 2006a, Vol. II, p.773).

Neste emaranhado esquema de corrupção, nas denúncias de Roberto Jefferson, um dos personagens de participação fundamental era o então Ministro Chefe da Casa Civil, o Ex-Deputado Federal José Dirceu (PT-SP), sendo este o idealizador do esquema do mensalão.

Outro envolvido no caso foi o publicitário José Eduardo Mendonça, o “Duda Mendonça”, que recebeu dinheiro proveniente de serviços de publicidade sem o devido registro contábil depois de orientações de Marcos Valério de Souza, empresário do

ramo publicitário também envolvido no esquema. Além destes serviços, Duda Mendonça foi acusado de possuir contas no exterior utilizadas para estes propósitos. A fraude com os parlamentares funcionava, segundo o relatório, através de:

Repasses ilícitos de recursos direta ou indiretamente a parlamentares, valendo-se de esquemas de transferências típicos do submundo financeiro (como pagamento em espécie, utilização de intermediários), recursos esses obtidos e gerenciados por empresário que mantinha contratos de publicidade com órgãos e empresas do governo, supostamente emprestados por bancos com notórios interesses em determinadas decisões. (CONGRESSO NACIONAL, 2006a, Vol. II, p.796)

É importante lembrar que o objetivo inicial da CPMI dos Correios era o episódio de espionagem que envolvia a gravação de um ato claro de corrupção praticado pelo então Chefe do Departamento de Contratação dos Correios, Mauricio Marinho, fato este que inaugura a CPMI (CONGRESSO NACIONAL, 2006a). Depois disto, a CPMI passa a investigar outras áreas que de fato eram coordenadas por publicitários como os bancos BMG, Caixa Econômica Federal (CEF) e o próprio Congresso Nacional.

Segundo consta, no relatório final, a CPMI dos Correios estava avançando demais em “uma seara pantanosa”. Foi então que no dia 20 de julho de 2005, tomou-se a decisão de que o mensalão seria investigado em uma CPMI própria. A responsabilidade de aprofundar as apurações da CPMI dos Correios foi transferida para a CPMI da “Compra de votos” que ficou encarregada de investigar os destinatários do dinheiro e a quebra de sigilo de parlamentares (CONGRESSO NACIONAL, 2006a).

Esta Comissão foi aprovada em 05 de julho de 2005 e instalada no dia 20 de julho do mesmo ano. A CPMI era destinada a apurar:

Denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo, bem como as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos. (CONGRESSO NACIONAL, 2005, p. 1)

O foco principal desta Comissão seriam as denúncias de Roberto Jefferson sobre o escândalo do Mensalão, tendo como principais autores dos repasses financeiros realizados para os parlamentares, o empresário Marcos Valério de Souza, co-proprietário das empresas de publicidade SMP&B e DNA e o tesoureiro do Diretório

Nacional do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares. No que diz respeito às transações financeiras realizadas, o relatório parcial da CPMI da compra de votos diz que:

1º - As operações bancárias realizadas por MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA, DELÚBIO SOARES, GRAFITTI, ROGÉRIO TOLENTINO, SMP&B e outros, tendo como credores os Bancos BMG e Rural, aparentemente regulares, constituíram-se em meios de transferência irregular de recursos financeiros a DELÚBIO SOARES, por iniciativa e intermédio de MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA. (CONGRESSO NACIONAL, 2005, p. 73)

Tratava-se de irregularidades identificadas em diferentes esferas, mas que garantiriam presença significativa, principalmente na Câmara dos Deputados, através do pagamento ilegal aos parlamentares que votariam junto com o governo, garantindo assim a sustentação deste.

### A CPMI “das Ambulâncias”

Em 2006, surgiria outro escândalo de corrupção que abalaria a 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados. Tratava-se da máfia das “sanguessugas”. O esquema foi reconhecido através de denúncias sobre superfaturamentos na compra de equipamentos médicos, como ambulâncias e outros veículos, aquisições que envolviam prefeituras, parlamentares, empresários e o próprio Ministério da Saúde. Começava, então, a surgir dúvidas sobre um suposto esquema que envolveria empresários do ramo da construção destes equipamentos e ações de parlamentares que criariam emendas individuais para favorecer estas empresas que em troca beneficiariam estes deputados através dos valores superfaturados. A atuação da quadrilha funcionava na seguinte forma:

O “esquema” criminoso agiu de forma linear durante vários anos objetivando a percussão e a apropriação de recursos públicos em larga e profusa escala. Para a execução dos delitos, os integrantes da mencionada organização criminosa monitoravam permanentemente a formalização e a aprovação do Orçamento Geral da União, notadamente as emendas apresentadas individualmente por parlamentares. Na etapa seguinte, agiam no sentido de controlar a sua execução orçamentária, interferindo na liquidação de despesas e na prestação de contas dos convênios então formalizados entre a União Federal, municípios e organizações sociais de interesse público. Na etapa intermediária, ou seja, que medeia a aprovação da emenda junto à Comissão Mista do Orçamento, a liquidação de despesas e a prestação de contas, os membros da organização criminosa cuidavam da elaboração de projetos sem

os quais não era possível a descentralização dos recursos públicos pelo Ministério da Saúde. Por último, os seus integrantes manipulavam os processos de licitação visando adjudicar o objeto do convênio em favor de alguma das empresas integrantes do aparato criminoso. Desse modo, toda e qualquer emenda parlamentar “trabalhada” pelo grupo tinha um objetivo certo e incontestável: o favorecimento dos seus integrantes quando da aquisição de unidades móveis de saúde e de equipamentos hospitalares. (CONGRESSO NACIONAL, Vol. I, 2006b, p.13)

Percebe-se, através do trecho citado, a capacidade de atuação da organização criminosa e a elaboração deste esquema que penetrava no âmbito legislativo e do próprio Ministério da Saúde através da ação de integrantes que ocupavam cargos dentro deste Ministério, servindo-se de fraudes e manipulações que favoreceriam determinadas empresas já vinculadas a quadrilha. Na sequência deste esquema, o próximo passo:

Consistia no superfaturamento e/ou na inexecução total ou parcial do objeto contratual, de sorte que os recursos públicos tivessem destino outro que não aquele previsto em lei e ajustado pelas partes contratantes. Dessa forma, a organização criminosa “manejava” grande quantidade de dinheiro ilícito e que era devidamente repartido entre todos os seus integrantes, isto é, políticos, empresários, servidores públicos e lobistas. (CONGRESSO NACIONAL, Vol. I, 2006b, p.14)

Estes excertos citados, embora constem no Relatório Final da CPMI das ambulâncias, são provenientes da denúncia formulada pelo Ministério Público Federal. No entanto, para fins desta investigação, é importante situar a época em que de fato surgiu o esquema. A ação do Ministério Público já havia começado através da iniciativa da Procuradoria da República do Estado do Acre, quando transmitiu informação, em 2002, à Procuradoria em Mato Grosso, que “um grupo de pessoas estava fraudando licitações, a fim de utilizar recursos do Fundo Nacional de Saúde, liberados a partir de emendas individuais de parlamentares acolhidas no Orçamento da União” (BAPTISTA, 2009).

O esquema fraudulento, que já estava em pleno funcionamento há alguns anos, começou envolvendo poucos parlamentares, no entanto, com o passar dos anos houve um crescimento no número de parlamentares envolvidos, sobretudo evangélicos. Em 03 de maio de 2006, a Polícia Federal desencadeou a operação denominada “Operação Sanguessuga”, que já realizava um levantamento com base nos dados da Controladoria Geral da União, identificando irregularidades e superfaturamentos na compra de ambulâncias em diversas prefeituras, com verba no Fundo Nacional de Saúde

(MARIANO; HOFF; DANTAS, 2006). O esquema que envolvia o núcleo empresarial: grupo Domanski, grupo Lealmaq, grupo Unisaúde e empresas do grupo Planam, principalmente através de relações com os seus sócios Luis Antônio Vedoin e Darci Vedoin; o núcleo político: prefeitos, deputados federais e senadores e os funcionários do Ministério da Saúde, estava sendo desbaratado.

A família Vedoin realizava propostas para parlamentares elaborarem emendas no orçamento para liberar recursos para que as prefeituras comprassem ambulâncias e outros tipos de veículos médicos que eram vendidos superfaturados pela sua empresa (MARIANO; HOFF; DANTAS, 2006). Desta forma, o grupo empresarial realizava a monitoração do Orçamento Geral da União, cooptava deputados federais e realizava o assessoramento na preparação de emendas (BAPTISTA, 2009). Os valores destes produtos que eram fornecidos pela quadrilha eram 120% superiores aos valores vigentes no mercado (BAPTISTA, 2009).

Em maio de 2006, o Corregedor Geral da Câmara, deputado Ciro Nogueira (PP-PI) realizou a divulgação da lista dos deputados envolvidos nas irregularidades investigadas pela Polícia Federal, através da “Operação Sanguessuga”. Em 14 de junho de 2006, foi criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) encarregada de aprofundar as investigações em torno do escândalo das ambulâncias.

Pouco depois da criação da CPMI, foi feita a divulgação de uma lista que continha o nome de 72 parlamentares envolvidos no esquema de corrupção (MARIANO; HOFF; DANTAS, 2006). Logo após, a CPMI aprovou o relatório parcial elaborado e encaminhou um pedido de cassação dos parlamentares envolvidos no esquema das ambulâncias.

Com relação aos desdobramentos do trabalho legislativo, a função da CPMI estava restrita a averiguação, análise e recomendação de abertura de um processo no Conselho de Ética no Congresso. Desta forma, o relatório parcial esclarece que:

Inegavelmente, a materialidade de fatos ilícitos está comprovada além de qualquer sombra de dúvida. O ordenamento jurídico foi fraudado em diversos aspectos para legitimar compras espúrias, por diversos Municípios, de ambulâncias e equipamentos médicos. No curso dos acontecimentos diversas pessoas se locupletaram. Não cabe a esta Comissão indiciar ou decretar a culpabilidade de quem quer que seja. No exercício da sua função investigadora cumpre, apenas e tão somente, identificar se os elementos de prova obtidos configuram justa causa para recomendar à Mesa da Casa à qual pertence o parlamentar o encaminhamento da matéria ao Conselho de Ética

ou à continuidade das investigações pela Corregedoria Parlamentar competente. Nesta instância, após amplo contraditório, concluir-se-á pela culpabilidade ou não, recomendando o que de direito for ao plenário. (CONGRESSO NACIONAL, 2006b, p. 962)

O esquema das ambulâncias, um dos escândalos que acabou envolvendo diferentes setores, fosse no meio político ou no meio empresarial, resultou na abertura de processos no Congresso Nacional contra aqueles parlamentares acusados de envolvimento no esquema corrupto. No entanto, nenhum deputado ou senador foi punido pelas ações do Congresso. A punição, como consta no Jornal Folha de São Paulo, edição Online de 03 de maio de 2007, foi dada nas urnas. Na Câmara, apenas cinco dos que responderam a processos no Conselho de Ética foram reeleitos. No Senado, o único a disputar as eleições foi Ney Suassuna (PMDB-PB), que acabou derrotado nas urnas.<sup>1</sup>

Boa parte dos parlamentares envolvidos neste esquema era pertencente a Frente Parlamentar Evangélica. Em agosto de 2006, a CPMI aprova o relatório que prevê a cassação de diversos parlamentares, incluindo os evangélicos. A participação deste segmento nos escândalos de corrupção na 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados será objeto de análise na próxima seção.

### **Parlamentares evangélicos e os casos de corrupção antes e na 52ª Legislatura**

Em ambos os casos que marcaram a 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados, houve a presença de parlamentares evangélicos. No esquema do “mensalão”, a presença destes parlamentares foi tímida; porém, no esquema da máfia das ambulâncias, a participação dos evangélicos foi mais significativa, envolvendo boa parte da Frente Parlamentar Evangélica.

Para esclarecer o envolvimento evangélico em casos de corrupção, antes de tudo, é importante enfatizar que este tipo de prática desempenhada por alguns membros deste segmento não é recente. Já haviam sido cometidos casos semelhantes em legislaturas anteriores por parlamentares evangélicos.

---

<sup>1</sup> Fonte: Folha.com. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u91880.shtml>. Acesso em 28 nov. 2010.

Uma das justificativas apresentadas pelos evangélicos para o ingresso na política é a defesa dos valores morais, da ética na política, do combate à corrupção, à desonestidade e à “sujeira” que predomina neste espaço, segundo a caracterização evangélica. Considerando-se como uma espécie de “reserva moral” da sociedade (ORO, 2003), os evangélicos abandonaram a postura sectária antes identificada e resolveram entrar na política. O ingresso evangélico com este tipo de retórica começa no Congresso Constituinte. Naquela ocasião, foram eleitos 34 parlamentares evangélicos (PIERUCCI, 1989). Um grande número destes parlamentares estava localizado naqueles partidos de direita, a ala conservadora do Congresso.

Em um primeiro momento, boa parte destes deputados participou do “Centrão”, bloco de apoio ao Presidente José Sarney. Sobre esta presença, Saulo Baptista apresenta que “a avidez dos pentecostais, liderados por Gidel Dantas, era tamanha que Daso Coimbra gravou alguns telefonemas nos quais eles faziam exigências descabidas de recompensas materiais para votarem alinhados com o Centrão” (BARBOSA, 1988, apud BAPTISTA, 2009). Gidel Dantas, do PMDB de Goiás, pertencia a Igreja Assembleia de Deus e Daso Coimbra, do PMDB do Rio de Janeiro, pertencia a Igreja Congregacional do Brasil.

A afirmação exposta acima revela o quanto alguns parlamentares evangélicos, já durante o Congresso Constituinte, estavam imersos em práticas corporativas ou na defesa de interesses pessoais, favorecendo assim, o surgimento de ações corruptas, indo na contramão do que de fato era defendido e apresentado pelos candidatos evangélicos. Com uma prática que acabava diferenciando totalmente do que de fato era defendido por estes parlamentares, ou seja, a “moralização da política” através da “salvação”, a trajetória destes deputados evangélicos foi marcada por episódios envolvendo parte significativa deles em atos ilícitos, quebra de decoro parlamentar e corrupção (BAPTISTA, 2009).

Na 49ª Legislatura da Câmara dos Deputados, aconteceram outros escândalos envolvendo parlamentares evangélicos. Em novembro de 1991, o Deputado Federal Jabes Rabelo do PTB de Rondônia, membro da Igreja Batista, perdeu o mandato de deputado devido às ligações com o narcotráfico. Já o Deputado Federal Manuel Moreira do PMDB de São Paulo, ligado à Igreja Assembleia de Deus, foi acusado de obter verbas para nove entidades assistenciais que alegavam nunca terem recebido os recursos

(Correio Popular, Campinas, 14/11/2003 *apud* BAPTISTA, 2009). Este deputado renunciou ao mandato em março de 1994.

Também foram identificados parlamentares envolvidos em troca de partidos a fim de receberem benefícios financeiros. É o caso de Itsuo Takayama do PFL do Paraná que trocou este partido pelo PP e o PSD em apenas uma semana (BAPTISTA, 2009) e Salatiel Carvalho do PFL de Pernambuco que trocou para o PTR e logo depois foi para o PP.

Outros deputados evangélicos também tiveram os seus nomes envolvidos em escândalos nesta legislatura, principalmente no esquema que envolvia fraudes através de verbas do Orçamento da União, o que acarretou em 1993 na abertura de uma CPI encarregada de investigar os “anões do orçamento”. Apesar desse histórico já envolvendo deputados ligados às igrejas evangélicas, a 52ª Legislatura eleita em 2002, além de registrar o maior número de mandatos de parlamentares evangélicos até o momento foi também a legislatura que apresentou os maiores casos de corrupção envolvendo este segmento. Logo, isto significa que a retórica de cunho moralista empregada pelos evangélicos traz consigo traços contraditórios, visto que sempre houve casos de corrupção, inclusive envolvendo este grupo religioso.

Ao utilizar o mesmo discurso de “moralização da política”, na qual os políticos evangélicos estariam empreendidos em uma batalha espiritual contra as forças do “mal”, da corrupção e da desonestidade (ORO, 2003), estes candidatos eleitos assumem os seus respectivos cargos e logo de início apresentam os seus objetivos sobre este tema, conforme é identificado nos pronunciamentos a seguir:

Estou certo, Sr. Presidente, que para cá vim cumprir missão. Como evangélico e homem de fé, tendo sido votado em 96 % dos Municípios catarinenses, ou seja, em 282 Municípios, estou dedicando meu mandato ao “servir”. Quero servir não aos interesses daqueles que avançam pelo caminho da esperteza, da riqueza fácil, da malversação do dinheiro público, da corrupção que destrói a Nação. Dep. Adelor Vieira, PMDB – SC (Diário da Câmara dos Deputados, 26/02/2003, p. 04233).

Quero dizer que, quando permitimos que a omissão e o descaso permeiem esta Casa ou outras Casas Legislativas do Brasil, quando permitimos que corrupção seja uma forma de comportamento no Executivo, no Judiciário no Legislativo, há também violência na política. Dep. Lincoln Portela, PL – MG (Diário da Câmara dos Deputados, 16/05/2003, p. 21086).

Estes dois excertos representam muito bem o que se tornou bastante corriqueiro durante os primeiros pronunciamentos nas sessões do Grande Expediente. Mandatos a serviço de “Deus”, “missão religiosa” no parlamento, extensão do ministério pastoral em alguns casos, entre outras justificativas.

Mas quando começaram a surgir as primeiras evidências de envolvimento de parlamentares evangélicos em escândalos de corrupção, conseqüentemente surgiram as primeiras explicações, conforme afirma Baptista:

O discurso da Igreja (Universal do Reino de Deus) na política é em defesa da moral pública, da ética, como de resto é o discurso de todas as agremiações religiosas. Todavia, como alguns de seus parlamentares foram apanhados em corrupção, a Igreja recorreu à explicação teológica para esses escândalos: afirma que tudo foi obra demoníaca e os parlamentares não resistiram às tentações. O próprio Carlos Rodrigues envolveu-se nos casos Waldomiro Diniz, “mensalão” e “sanguessugas”. (BAPTISTA, 2009, p. 218)

Através das denúncias de corrupção, a Assembleia de Deus foi uma das igrejas que mais perdeu deputados federais nesta legislatura. Sobre o envolvimento evangélico no caso “das sanguessugas”, a igreja decide instaurar uma sindicância interna para apurar os fatos. Mais adiante, o presidente do Conselho Político da CGADB, pastor Ronaldo Fonseca, declara a inocência de sete parlamentares acusados, sendo que, na sua caracterização, o caso das sanguessugas “nada mais era do que uma jogada política para reduzir a bancada evangélica e, com isso, facilitar a aprovação de projetos polêmicos como a discriminalização do aborto” (MARIANO; HOFF; DANTAS, 2006). Outras declarações, provenientes de lideranças de igrejas evangélicas, afirmavam que os seus representantes envolvidos em escândalos de corrupção não resistiram e acabaram sucumbindo às forças do mal no campo político (TADVALD, 2006).

Mesmo com todas estas argumentações e defesas por parte de lideranças evangélicas, foi comprovado, nos relatórios das CPMIs encarregadas de investigar os escândalos do “mensalão” e da “máfia das ambulâncias”, o envolvimento de parlamentares evangélicos nestes dois casos. Alguns parlamentares acabaram renunciando, como no caso do ex-Deputado Federal Bispo Carlos Rodrigues.

Rodrigues já havia sido acusado em 2004 de envolvimento no esquema de arrecadação de recursos dos bingos no Rio de Janeiro (BAPTISTA, 2009). Porém, mais adiante, no esquema do mensalão, apenas dois deputados evangélicos haviam sido

acusados de receberem dinheiro para votarem segundo a vontade do Governo (BAPTISTA, 2009) o então deputado Bispo Rodrigues (PL-RJ) e o deputado Wanderval Santos (PL-SP) que logo depois, em 2006, foi inocentado.

Com a renúncia de Bispo Rodrigues ao mandato em setembro de 2005, o abalo sobre a Igreja Universal foi grande, visto que Rodrigues era a principal liderança política deste grupo na Câmara. Rodrigues era conhecido pela sua capacidade de direção e influência sobre outros parlamentares evangélicos e não evangélicos. Depois da renúncia do seu principal representante, através do envolvimento direto no “escândalo do mensalão”, a Igreja Universal sofreu um acentuado desgaste em sua imagem no campo político (TADVALD, 2006). Nos anos seguintes nesta mesma legislatura, os integrantes do segmento evangélico na Câmara iriam sofrer outro forte desgaste através do envolvimento na “máfia das sanguessugas”.

Sobre a participação dos evangélicos no escândalo das “ambulâncias”, pode-se afirmar, sem sombra de dúvidas, que este foi o envolvimento que marcou profundamente o trabalho desempenhado por este grupo na Câmara. O efeito imediato, após as acusações foi a diminuição drástica da “bancada evangélica no Congresso Nacional, pelo fato de que nenhum dos deputados evangélicos denunciados conseguiu se reeleger” (MARIANO; HOFF; DANTAS, 2006).

Antes da criação da “CPMI das sanguessugas” em junho de 2006, foi feita a divulgação ao público de uma lista contendo o nome de todos os parlamentares envolvidos no escândalo<sup>2</sup>. Este primeiro levantamento era resultado do trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, instituições que deram início as investigações. Dos 90 deputados federais e senadores considerados suspeitos no esquema das ambulâncias<sup>3</sup> 27 eram evangélicos. Apenas um senador evangélico aparecia na lista, Magno Malta (PL-ES).

Parlamentares das mais diversas denominações evangélicas apareciam neste documento, igrejas como: Universal do Reino de Deus, Igreja Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Internacional da Graça de Deus, além de

---

<sup>2</sup> A lista contendo o nome de todos os parlamentares envolvidos e que haviam sido investigados pela Polícia Federal está disponível em: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/88055-CORREGEDOR-DIVULGA-LISTAS-DA-OPERACAO-SANGUESSUGA.html>. Acesso em 02 jan. 2011.

<sup>3</sup> Segundo o Relatório Parcial dos Trabalhos da CPMI “das Ambulâncias”.

deputados e senadores membros da Igreja Batista, todos estavam, de uma forma ou de outra, envolvidos. A Igreja Universal foi a que apresentou o maior número de parlamentares envolvidos, 13 no total. Em segundo lugar aparecia a Igreja Assembleia de Deus com 9 parlamentares envolvidos.

Os efeitos gerados por esta participação no esquema foram diagnosticados na Legislatura seguinte, houve uma queda significativa no número de deputados eleitos em outubro de 2006. O esquema das ambulâncias havia começado com poucos participantes, no entanto, desde o início, era perceptível a participação dos evangélicos. Inicialmente, os poucos evangélicos envolvidos haviam sido trazidos pelo deputado Lino Rossi (PSDB-MT). Rossi é membro da Igreja Batista. Na maioria dos casos, o esquema das ambulâncias acabava envolvendo parlamentares com pouca expressão econômica (BAPTISTA, 2009), e neste aspecto, os evangélicos se encaixavam perfeitamente. Muitos destes parlamentares vinham de segmentos da sociedade de baixa renda e escolaridade (RODRIGUES, 2006).

O deputado Nilton Capixaba (PTB-RO) era considerado uma das figuras mais influentes no esquema das ambulâncias. Este parlamentar tinha uma relação direta com a família Vedoin, os proprietários da empresa Planam, sendo considerado por eles como o “chefe da máfia” (BAPTISTA, 2009). Capixaba foi o parlamentar que deu início ao esquema, apresentando, em 1999, a primeira emenda com a intenção de comprar uma ambulância para a prefeitura de Cacoal, em Rondônia (BAPTISTA, 2009).

No relatório parcial da CPMI “das Ambulâncias”, constam detalhadamente todas as ações dos parlamentares evangélicos (e não evangélicos) envolvidos, como era estabelecido o primeiro contato com as empresas, o funcionamento do esquema e o sistema de pagamento de propinas.

Em agosto de 2006, a Comissão decide aprovar o texto que recomendava o início de um processo disciplinar e remessa ao Conselho de Ética de alguns parlamentares envolvidos. Neste relatório, constavam os nomes de 27 parlamentares evangélicos conforme apresenta a tabela a seguir:

**Tabela 1 - Parlamentares evangélicos que constam no encaminhamento às Mesas da Câmara dos Deputados e Senado Federal para instauração de processos disciplinares**

Nome	Partido / Estado	Denominação Religiosa
------	------------------	-----------------------

Adelor Vieira	PMDB-SC	Assembleia de Deus
Agnaldo Muniz	PPS-RO	Assembleia de Deus
Almeida de Jesus	PMDB-CE	Igreja Universal
Almir Moura	PL-RJ	IEQ
Bispo João Mendes de Jesus	PL-RJ	Igreja Universal
Bispo Vieira Reis	PMDB-RJ	Igreja Universal
Bispo Wanderval Santos	PL-SP	Igreja Universal
Cabo Júlio	PST-MG	Assembleia de Deus
Carlos Nader	PFL-RJ	Assembleia de Deus
Edna Macedo	PTB-SP	Igreja Universal
Helena Silva	PL-SE	Igreja Universal
Isaías Silvestre	PSB-MG	Assembleia de Deus
João Batista	PFL-SP	Igreja Universal
Jorge Pinheiro	PMDB-DF	Igreja Universal
José Divino	PMDB-RJ	Igreja Universal
Josué Bengtson	PTB-PA	IEQ
Lino Rossi	PSDB-MT	Batista
Marcos Abramo	PFL-SP	Igreja Universal
Marcos de Jesus	PL-PE	Igreja Universal
Neuton Lima	PFL-SP	Assembleia de Deus
Nilton Capixaba	PTB-RO	Assembleia de Deus
Pastor Amarildo	PPB-TO	Assembleia de Deus
Paulo Baltazar	PSB-RJ	Metodista
Paulo Gouvêa	PL-RS	Igreja Universal
Raimundo Santos	PL-PA	Assembleia de Deus
Reginaldo Germano	PFL-BA	Igreja Universal
Magno Malta	PL-ES	Batista

Fonte: Relatório dos trabalhos da CPI “das Ambulâncias”

O outro encaminhamento dado pela Comissão sugeria o arquivamento das imputações em relação aos parlamentares devido à falta de indícios suficientes que comprovassem atos ilícitos (CONGRESSO NACIONAL, 2006b). De acordo com a tabela 2, constavam nesta lista os nomes de apenas 3 parlamentares evangélicos:

**Tabela 2 - Parlamentares evangélicos contra os quais não foram apurados indícios suficientes de prática de condutas incompatíveis com o decoro parlamentar**

Nome	Partido / Estado	Denominação Religiosa
Gilberto Nascimento	PSB-SP	Assembleia de Deus
Jefferson Campos	PSB-SP	IEQ
Zelinda Novaes	PFL-BA	Igreja Universal

Fonte: Relatório dos trabalhos da CPI “das Ambulâncias”

Como mencionado anteriormente neste artigo, as consequências deste envolvimento nos escândalos de corrupção só foram identificadas na legislatura

seguinte. Alguns parlamentares tentaram a reeleição, mas não obtiveram sucesso<sup>4</sup>. A Igreja Universal, por exemplo, decidiu não apoiar as candidaturas de parlamentares envolvidos, e isto seria uma das fontes do declínio destas candidaturas. Sem o apoio institucional deste importante organismo, a reeleição seria praticamente impossível.

Muitos parlamentares evangélicos chegaram a Câmara dos Deputados agitando a “bandeira” da moralidade, baseada em uma “ética bíblica”, ou seja, aqueles que seriam os responsáveis pelo combate da corrupção. Obviamente que nesta circunstância é preciso evitar generalizações, mas o que se viu foi exatamente o contrário. Diversos parlamentares evangélicos estavam imersos nos casos de corrupção durante 52<sup>a</sup> Legislatura, alguns, inclusive, realizavam as principais funções nestes esquemas.

### **O tema “corrupção” no discurso evangélico**

Antes de discorrer sobre este assunto nesta seção, é importante enfatizar que embora tenham sido identificados diversos pronunciamentos que mencionavam o tema da corrupção, foram encontrados poucos pronunciamentos sobre os principais escândalos que surgiram na 52<sup>a</sup> Legislatura, principalmente sobre o esquema das ambulâncias.

Conforme serão apresentados nesta seção, os poucos pronunciamentos que surgem no Grande Expediente sobre este tema realizam apenas uma defesa dos ataques proferidos, segundo os evangélicos, principalmente pela mídia. Apesar da escassez de discursos evangélicos sobre o esquema da máfia das ambulâncias, torna-se muito importante insistir neste ponto, principalmente pelo fato da caracterização dada por este segmento sobre este tema, colocando-se em diversas circunstâncias no papel de “vítimas

Já no início dos trabalhos no legislativo, é possível encontrar pronunciamentos de parlamentares evangélicos que revelam certa preocupação com a corrupção que permeia nos espaços públicos. Da mesma forma, é possível diagnosticar a ênfase dada por estes parlamentares no problema da corrupção que é praticada em outros níveis,

---

<sup>4</sup> De acordo com o *site* jornalístico “Congresso em Foco”, 11 parlamentares evangélicos envolvidos no escândalo das ambulâncias não conseguiram se reeleger. Informação disponível em: [http://congressoemfoco.uol.com.br/noticia.asp?cod\\_Canal=1&cod\\_Publicacao=11167](http://congressoemfoco.uol.com.br/noticia.asp?cod_Canal=1&cod_Publicacao=11167). Acesso em 22 jan. 2010.

principalmente no Estadual e Municipal, e não apenas no Federal. Conforme os três fragmentos citados a seguir, diversos pronunciamentos manifestam esta preocupação:

Chega às minhas mãos mais uma denúncia de improbidade administrativa cometida por Prefeito carlista na Bahia. O Sr. Anilton continua fazendo da corrupção uma chaga que envergonha o Brasil e a Bahia e depõe contra seu Governo. (...) Quero lembrar ao povo que no ano que vem tem eleição, e é o momento do acerto de contas verdadeiro com prefeito corrupto. Dep. Walter Pinheiro, PT – BA (Diário da Câmara dos Deputados, 09/05/2003, p. 16312).

Em Porto Seguro, Bahia, um escândalo envolvendo dinheiro público. Uma vergonha! O Corregedor-Geral da União, ex-Governador da Bahia e ex-Ministro de Estado, Waldir Pires, precisa determinar à força-tarefa que está, senão me engano ainda em Porto Seguro, que investigue os escândalos e vá imediatamente a Itabuna. Dep. Reginaldo Germano, PFL – BA (Diário da Câmara dos Deputados, 22/05/2003, p. 22186).

Foi com pesar que assistimos à matéria transmitida pelo programa Fantástico no último domingo, sobre corrupção que envolve o Governador de Rondônia e alguns Deputados Estaduais. Dep. Nilton Capixaba, PTB – RO (Diário da Câmara dos Deputados, 19/05/2005, p. 19576).

O primeiro fragmento destacado pertence ao deputado Walter Pinheiro (PT-BA), que, ao longo da legislatura, demonstrou uma forte preocupação com a corrupção no Estado da Bahia. Foram verificados diversos pronunciamentos deste parlamentar sobre a corrupção em municípios baianos, através de desvios de dinheiro que seriam investidos na área da educação e outros tipos de improbidades administrativas. Walter Pinheiro é membro da Igreja Batista e faz parte do Movimento Evangélico Progressista (MEP) na Câmara dos Deputados.

Os dois fragmentos seguintes foram citados apenas para demonstrar uma suposta contradição. Apesar de existir a preocupação de ambos os parlamentares sobre a corrupção nos seus Estados de origem, respectivamente, Bahia e Rondônia, os dois parlamentares estavam sendo investigados na CPMI das ambulâncias. A inquietude destes parlamentares, não isentava os mesmos da implicação no escândalo da máfia das sanguessugas.

O caso Waldomiro Diniz<sup>5</sup> também estava na pauta no início desta legislatura. Alguns pronunciamentos de parlamentares evangélicos procuravam isentar o Governo Federal sobre os escândalos que envolviam o então ministro da Casa Civil José Dirceu:

---

<sup>5</sup> Em 2004, surgiu o escândalo do “Caso Waldomiro Diniz” que envolvia o ex-assessor da Casa Civil, Waldomiro Diniz, a Loterj, bingos e o jogo do bicho no Estado do Rio de Janeiro. As investigações

Como, Sr. Presidente, justificar para a opinião pública que nós, Parlamentares, escolhamos como prioridade a discussão de um fato ocorrido em 2002, envolvendo ocupante de cargo de confiança do atual Governo e pessoas inescrupulosas dos jogos de bingo, em uma trama, para conseguir benefícios pessoais, de difícil compreensão pela Sociedade? (...) Por que a mídia faz tanta questão de demonstrar que não há políticos sérios e que somos todos corruptos neste país? O Governo Lula tomou as atitudes que deveriam ser tomadas. De maneira corajosa, sem titubear, exonerou rapidamente o responsável pelo escândalo. (...) Não poderia deixar de fazer essa introdução para reiterar meu total apoio ao companheiro Zé Dirceu e ao Governo Lula. Não tenho a menor dúvida da integridade moral e ética desses políticos e, indubitavelmente, por mais que a imprensa não queira, eles são diferentes. Zico Bronzeado, PT – AC (Diário da Câmara dos Deputados, 02/03/2004, p. 07310).

Srs. Deputados, os desdobramentos do caso Waldomiro Diniz têm levado muitos a transformar em alvo todos os setores do Governo Federal, atitude que vai além da indelicadeza. (...) O último lance do escândalo envolve até o Procurador da República José Roberto Santoro, conforme publicado pela imprensa ontem. (...) O Governo Federal (...) está dando provas de lisura e seriedade. (...) Hipoteco meu apoio ao Governo Lula com a firmeza de cumprir minha função de membro do Legislativo, tendo em vista o bem maior: o Brasil. Dep. Costa Ferreira, PSC – MA (Diário da Câmara dos Deputados, 01/04/2004, p. 14000).

Apesar desta preocupação de ambos os parlamentares, na defesa do Governo Federal sobre o caso, foram identificados poucos pronunciamentos sobre este tema no Grande Expediente. No entanto, torna-se importante destacar estes pronunciamentos por dois motivos: o primeiro pelo fato de se tratar de outro escândalo que envolvia o então deputado Bispo Carlos Rodrigues (PL-RJ) da Igreja Universal; o segundo motivo é o tratamento dado à imprensa em ambos os pronunciamentos. A mídia é caracterizada como uma “vilã” pela propagação que ela faz, ou seja, na política todos os políticos são corruptos. Nos pronunciamentos sobre o esquema das ambulâncias, esta relação antagônica entre parlamentares evangélicos e imprensa será mais evidente.

Com a repercussão do esquema do mensalão, que vem à tona em 2005 através das denúncias do Ex-Deputado Federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), conseqüentemente surgem os primeiros pronunciamentos provenientes de parlamentares evangélicos no Grande Expediente sobre este tema. Por se tratar de um escândalo que não envolveu uma grande parcela de deputados federais evangélicos, apenas dois envolvidos, foi

---

procuravam interceptar o sistema de extorsões de dinheiro proveniente dos jogos para arrecadar fundos que seriam utilizados na campanha eleitoral do PSB e PT neste mesmo Estado.

possível identificar uma maior preocupação deste segmento diante da crise que se instalava no Congresso.

O primeiro discurso de um parlamentar evangélico sobre o mensalão surgiu em junho de 2005. Naquela ocasião, o deputado que fazia parte do grupo de apoio ao Governo Federal argumentava a necessidade de abertura de uma CPMI encarregada de investigar as irregularidades:

Partidos integrantes da base aliada protocolaram nesta Casa solicitação de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar os comentários e boatos sobre compra de votos de Parlamentares, surgidos desde o Governo FHC (...). Em nome do Partido dos Trabalhadores, registramos nossa alegria porque, conforme disse o Presidente Lula, queremos a apuração de todas as denúncias e nada tememos. Se algum membro do Partido dos Trabalhadores cometeu irregularidades, será punido e afastado (...). O Governo está disposto a colaborar para a apuração. Dep. Gilmar Machado, PT – MG (Diário da Câmara dos Deputados, 10/06/2005, p. 24515).

Gilmar Machado é um parlamentar membro da Igreja Batista e que faz parte da Frente Parlamentar Evangélica. Neste excerto, o parlamentar enaltece a importância da criação da CPMI em apurar os fatos ocorridos, ao mesmo tempo em que realiza uma defesa do seu partido pela posição tomada principalmente pelo Presidente Lula.

Diante do esquema do mensalão, nem todos os pronunciamentos de parlamentares evangélicos louvavam a atitude tomada pelo Governo. Como não poderia deixar de ser, a oposição, realizava uma crítica ferrenha ao Governo, ao mesmo tempo em que defendia a necessária abertura de um processo investigatório sobre o esquema:

Como todos sabemos, a corrupção causa enormes prejuízos para o Governo e para a sociedade. Milhões de reais que poderiam estar sendo utilizados em projetos nas áreas da educação, saneamento básico, moradias populares, entre outras, são desviados e acabam engordando as contas e o patrimônio de pessoas inescrupulosas. (...) Recentemente, a imprensa tem noticiado casos de numerosos agentes corruptores oriundos dos mais diversos setores da sociedade – inclusive empresários e políticos (...) não podemos deixar de falar nas denúncias de corrupção, que, atualmente, estão no centro da crise política instalada em Brasília. (...) No Congresso, também precisamos investigar as denúncias a respeito da distribuição de mesada a diversos Parlamentares da base aliada do Governo Federal, o chamado “mensalão”. (...) devem investigar e procurar provar as ligações dos Parlamentares envolvidos no “mensalão” com a cúpula do PT. Dep. Zelinda Novaes, PFL – BA (Diário da Câmara dos Deputados, 14/06/2005, p. 24977).

Zelinda Novaes também faz parte da Frente Parlamentar Evangélica e é adepta da Igreja Universal do Reino de Deus. O pronunciamento também menciona o papel da imprensa sobre as denúncias de parlamentares envolvidos no esquema do mensalão.

Tratando-se de uma análise discursiva baseada no aporte teórico de Ernesto Laclau, neste excerto, também é possível constatar a produção de um sentido que irá se articular dentro de uma cadeia equivalencial. Este sentido é o econômico, representado no trecho em que a parlamentar menciona a corrupção como: “*responsável pelos enormes prejuízos financeiros causados para o Governo e para a Sociedade*”.

Quando o assunto é o mensalão, este sentido econômico produzido estará encadeado com outros sentidos explicitados em diferentes pronunciamentos, como por exemplo, o sentido moral-religioso:

Diante desse quadro de decadência moral, provocado pelo surgimento de incontáveis atos de corrupção, compete a nós como cidadãos e cristãos, primeiramente, denunciá-los, exigindo a apuração dos fatos e a punição dos responsáveis. Isto é uma exigência de nosso compromisso cristão contido no Salmo 82, 2-4: “*Até quando julgareis injustamente e tomareis partido pela causa dos ímpios? Fazei justiça ao fraco e aos órfãos, procedei retamente para com o aflito e o desamparado. Socorrei o fraco e o necessitado, tirai-os das mãos dos ímpios*”. No bojo dessa crise política, o País é confrontado com denúncias de escândalos que envolvem principalmente instituições e pessoas do cenário político, carregando, assim, alto potencial desestabilizador e fragilizador da confiança das pessoas. Dep. Pastor Pedro Ribeiro, PMDB – CE (Diário da Câmara dos Deputados, 20/09/2005, p. 45986, grifo do autor).

Aproveito a oportunidade para alertar todos aqueles que comungam algum credo religioso – também pertencem a uma denominação cristã – no sentido de que seus líderes religiosos jamais negociem seus votos a troco de banheiros, de cadeiras ou de outras coisas, para não fomentarem a corrupção (...) Está bem claro que os chamados fiéis dos grupos religiosos não mais acompanham líderes que se vendem e que, às vezes, pensam que as pessoas de suas congregações podem votar por osmose. Dep. Lincoln Portela, PL – MG (Diário da Câmara dos Deputados, 29/11/2006, p. 52603).

O primeiro excerto trata-se de um pronunciamento do deputado Pastor Pedro Ribeiro (PMDB-CE), que faz parte da igreja Assembleia de Deus e também da Frente Parlamentar Evangélica. Seu pronunciamento faz uso inclusive da retórica bíblica sobre a questão ética. O segundo excerto pertence ao parlamentar Lincoln Portela (PL-MG) que também faz parte da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), sendo membro da Igreja Batista Vale da Benção. Seu pronunciamento realiza um alerta para as comunidades religiosas sobre o risco de seus líderes caírem sobre as práticas corruptas.

Ainda sobre a corrupção, mais precisamente sobre o escândalo do mensalão, é possível diagnosticar a produção de um sentido reformista baseado nos seguintes exemplos:

Venho a esta tribuna defender a urgente aprovação da reforma política em nosso País como forma de combater a corrupção que gira em torno do financiamento das campanhas eleitorais. Não podemos aceitar que o Congresso Nacional tenha sua imagem maculada por denúncias de compra de votos de Parlamentares. (...) defendemos o financiamento público das campanhas eleitorais. Dep. Costa Ferreira, PSC – MA (Diário da Câmara dos Deputados, 16/06/2005, p. 26359).

Sou radicalmente contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 2.679, de 2003, que tenta estabelecer regras para as eleições de 2006, como o financiamento público de campanha (...) quer nos levar a acreditar que esse projeto é necessário para combater a corrupção no País.(...) estão querendo jogar uma cortina de fumaça para esconder o processo de corrupção que tomou conta do País, do dinheiro que vem das empresas públicas (...) O Presidente do PTB, Deputado Roberto Jefferson, confessou, diante das câmeras, que havia feito um acordo para receber 20 milhões. Dep. Vieira Reis, PMDB – RJ (Diário da Câmara dos Deputados, 25/06/2005, p. 28777)

Os últimos acontecimentos envolvendo denúncias contra parlamentares e partidos políticos levam-nos mais uma vez à discussão sobre a reforma política. (...) Também não podemos ignorar a tendência da entrada de dinheiro escuso nas campanhas. Contudo, não será com o financiamento público que vamos extinguir a corrupção. Dep. Adelor Vieira, PMDB – SC (Diário da Câmara dos Deputados, 14/07/2005, p. 33826)

Os pronunciamentos citados acima demonstram como o tema da corrupção e da reforma política estavam imbricados naquele período. O deputado Costa Ferreira (PSC-MA), no primeiro excerto, faz uma defesa da reforma política, enquanto os deputados Vieira Reis (PMDB-RJ) e Adelor Vieira (PMDB-SC) realizam críticas a proposta de reforma, sobretudo no discurso de Vieira Reis. Todos estes parlamentares fazem parte da FPE.

Por fim, foi possível identificar a construção de um sentido “criminalístico”, ou seja, que apresentava o problema da corrupção como a consequência do estabelecimento de uma rede criminosa que ia da base até a cúpula do Governo Federal, obedecendo assim, a um sistema organizado. Este sentido pode ser diagnosticado no seguinte pronunciamento:

O Presidente Lula tinha de agradecer o fato de Geraldo Alckmin não ser delegado de polícia, porque, se o fosse, teria dado voz de prisão a ele ali mesmo. A função do delegado é exatamente essa, em relação a corruptos, a quadrilheiros. (...) O que está havendo no Governo do Presidente Lula e do

PT é uma configuração de crime organizado. (...) O povo brasileiro precisa refletir sobre o assunto. O resultado das eleições do primeiro turno já demonstra que isso está ocorrendo. Um detalhe muito importante do primeiro debate entre Alckmin e Lula foi exatamente o fato de Alckmin ter tirado a máscara de Lula. Ficou parecendo por algum tempo, para a sociedade brasileira, que o Presidente Lula é algo distinto do seu partido: o PT é um partido corrupto, que pratica o mensalão, que organiza esse esquema em concurso com outros partidos da base, que organiza o sistema de corrupção e de propina no Congresso brasileiro para facilitar o mandato do Presidente da República, e daí por diante, mas isso é coisa do partido, não de Lula. Ora, Geraldo Alckmin tirou-lhe a máscara. Dep. João Campos, PSDB – GO (Diário da Câmara dos Deputados, 12/10/2006, p. 46842)

Este é um típico discurso de oposição. João Campos (PSDB-GO) é membro da Igreja Assembleia de Deus, e também faz parte da FPE. Seu discurso está mais concatenado ao posicionamento do PSDB, e este como partido que realiza uma oposição sistemática ao Governo Lula. Além de colocar em prática uma clara campanha para o seu candidato, Geraldo Alckmin, seu pronunciamento faz alusões ao povo brasileiro, que sobre as eleições presidenciais, os eleitores devem tomar cuidado na hora do voto. No entanto, o que chama mais atenção é o tratamento dado pelo parlamentar ao Governo Federal, colocando como responsável por práticas criminosas, como a corrupção. Este seria o sentido criminalístico que também estaria articulado com os sentidos citados anteriormente.

Nesta trama discursiva, todos estes sentidos: econômico, ético-religioso, reformista e criminalístico estão situados em um lado diante da relação antagônica estabelecida. Sobre o escândalo do mensalão, a responsabilidade cairia sobre o Governo Federal, sendo que, na concepção de alguns parlamentares evangélicos, este seria o principal artífice deste esquema.

No entanto, nem todos os parlamentares evangélicos manifestavam críticas ao Governo Lula. Alguns, inclusive, realizavam a defesa do Governo, apresentando as razões que levaram ao início do estabelecimento da CPMI da “compra de votos”. Na caracterização destes parlamentares, a corrupção precisava ser banida, já que ela representada, através da identificação dos sentidos aqui expostos, a principal responsável pelos prejuízos econômicos e a crise moral estabelecida, além de reforçar a necessidade de uma reforma política ao mesmo tempo em que eram observadas práticas criminosas no seio do Governo, segundo os pronunciamentos de alguns evangélicos.

Através da análise discursiva aqui empreendida, torna-se possível identificar um ponto nodal comum entre todos estes pronunciamentos sobre o escândalo do mensalão, ou seja, o ponto é a “corrupção como um malefício” no âmbito político. A articulação destes diferentes sentidos, que possuem algo em comum sobre este tema, só foi estabelecida a partir do momento em que foi possível perceber a existência de uma linha antagônica, contra o responsável por esta circunstância de crise no cenário político, o Governo Federal, através da compra de votos de parlamentares para aprovar as suas iniciativas.

Mas esta linha antagônica, muda constantemente, ao mesmo tempo em que os significantes que estão de um lado da fronteira, passam para o outro lado, visto que nem todos os parlamentares evangélicos reconhecem o Governo Lula como responsável pela crise política, mas sim a prática corrupta, independente de quem a desempenha.

O segundo caso de corrupção que envolveu evangélicos nesta legislatura foi a denominada “máfia das ambulâncias”. Este foi o caso em que o envolvimento evangélico foi maior, já que no relatório parcial da CPMI, foi possível encontrar diversos nomes da Frente Parlamentar Evangélica no escândalo.

Os primeiros pronunciamentos sobre o esquema das ambulâncias surgiram no mês de maio de 2006, momento em que a imprensa começa a abordar o assunto. Boa parte destes pronunciamentos colocava os evangélicos como vítimas de denúncias por parte da mídia, sendo que algumas notícias, segundo estes parlamentares, seriam infundadas. O primeiro discurso que aborda este tema torna evidente esta preocupação:

Manifesto a minha indignação contra as notícias veiculadas na grande mídia nos últimos dias. Tenho procurado honrar os cerca de 80 mil votos recebidos nas urnas nas últimas eleições. Fiquei muito indignado com a veiculação do meu nome na imprensa brasileira. Procuram denegrir a minha imagem.(...) É verdade que temos excelentes jornalistas. Pessoas honradas, sérias, éticas e comprometidas com a verdade. No entanto, boa parte deles é chapa-branca(...) a imprensa faz ilações e envolve a Sra. Maria da Penha Lino, presa na Operação Sanguessuga da Polícia Federal, à minha pessoa. É verdade que ela foi minha assessora de gabinete e secretária parlamentar. Trata-se de pessoa com 20 anos de serviços prestados ao Ministério da Saúde.(...) ex-Ministro Saraiva Felipe disse, recentemente, que rezava para que não explodisse em sua gestão o "Escândalo Sanguessuga". Se sabia dos fatos, por que não exonerou a funcionária? Por que a deixou no cargo? O jornal *O Globo* de sexta-feira veicula isso. Não sei se é verdade, porque a imprensa também publica muitas coisas que não são verdadeiras. Deputado José Divino, PRB – RJ (Diário da Câmara dos Deputados, 08/05/2006, p. 23310).

José Divino (PRB-RJ) fazia parte da FPE, sendo também pastor da Igreja Universal do Reino de Deus. No relatório da CPMI “das Ambulâncias”, seu nome consta na lista dos deputados federais envolvidos cuja conduta era incompatível com o decoro parlamentar. Grande parte do seu discurso realiza uma crítica a imprensa, colocando em dúvida, inclusive, a forma como é exposta a notícia sobre este tema. Também responsabilizando a mídia por todo este “alarde” sobre o escândalo, O Deputado Federal Pastor Pedro Ribeiro (PMDB-CE) realiza o seguinte pronunciamento:

Venho dizer que muitos estão vendo o meu rosto no momento, viram-no muitas vezes nos últimos dias da semana passada, quando a imprensa publicava meu nome e alguns jornais, até foto da minha face. (...) eu não fiquei alegre em ver este jornal. Não fiquei porque aqui estão 64 nomes de pais de família, de representantes do povo, de homens e mulheres que, até que se prove o contrário, são honrados e honram esta Nação. Mas, Sr. Presidente, por outro lado, fiquei mais acalantado, meu coração se refrigerou mais, fiquei mais seguro e agradecido a Deus, porque meu nome não consta desta lista, que é a lista oficial relativa a esse rumoroso caso da Operação Sanguessuga.(...) “ Sr. Presidente, em face das recentes veiculações de matérias referentes ao caso da chamada Operação Sanguessuga, da Polícia Federal, tive um enorme prejuízo moral e político, quando a minha imagem foi manchada pelo fato de ter uma ex-funcionária do meu gabinete envolvida no caso, por ações que ela, conforme constam dos autos circunstanciados, fruto da Medida Cautelar/Quebra de Sigilo nº 2004.4760-6, já vinha praticando”. Dep. Pastor Pedro Ribeiro, PMDB – CE (Diário da Câmara dos Deputados, 08/05/2006, p. 23305, grifo do autor).

A responsabilidade, segundo Pedro Ribeiro, cairia sobre a sua ex-funcionária. Seu nome não constava em nenhuma lista da CPMI “das Ambulâncias”, mas para o deputado, os danos para a sua imagem já eram evidentes. No entanto, neste excerto, Pedro Ribeiro também realiza a defesa de outros parlamentares que constam no relatório, que, conforme o deputado seriam “pais de família” honrados. Os próximos pronunciamentos realizam uma crítica com um tom mais severo contra a mídia:

Venho a esta tribuna pela primeira vez após essa onda de acusações, de citação de Deputados supostamente envolvidos no escândalo das ambulâncias, denominado Operação Sanguessuga. Venho trazer a minha indignação contra a forma como as coisas foram e estão sendo conduzidas, contra a falta de respeito por pessoas que foram citadas sem nenhuma prova concreta. Falo com indignação porque também estou sendo vítima dessas calúnias.(...) nunca pratiquei atos ilegais; nunca compactuei com pessoas desonestas (...) O Deputado não tem a função de cuidar de superfaturamento de ambulância. A execução orçamentária dessas emendas é responsabilidade dos Executivos municipal, estadual e federal.(...) É impossível um Parlamentar não ter emendas relacionadas à saúde (...).É duro ver sua integridade moral ser denegrida e destruída pela força da mídia, da imprensa.

Dep. Vieira Reis, PMR – RJ (Diário da Câmara dos Deputados, 19/05/2006, p. 26044).

O jornal *O Globo* comete grave equívoco ao analisar emendas de minha autoria relacionadas à compra de equipamentos para a Saúde, com base nos Orçamentos de 2004 e 2005.(...) afirma que sou recordista na compra de ambulâncias, com as emendas orçamentárias que apresentei (...)essa notícia contida no jornal *O Globo* causou-me profunda revolta e indignação, por sugerir a intenção de me comprometer, como se eu tivesse cometido um crime (...)Jamais a Polícia Federal ou outro órgão fiscalizador apurou meu envolvimento na chamada Máfia das Ambulâncias. Dep. Carlos Nader, PL – RJ (Diário da Câmara dos Deputados, 06/06/2006, p. 28499).

Os nomes de ambos os parlamentares constavam na lista da CPMI. Os dois tinham envolvimento direto no esquema das ambulâncias, segundo consta no interrogatório de Darci Vedoin para a CPMI. No entanto, nestes excertos, o que chama a atenção é a responsabilidade atribuída à mídia, sobre o suposto envolvimento. Colocando-se como vítimas, tanto o deputado Vieira Reis como o deputado Carlos Nader demonstram grande indignação com a imprensa, em virtude das denúncias que eram apresentadas diariamente naquele período<sup>6</sup>.

Mas não era apenas a imprensa que estava sendo identificada pelos parlamentares evangélicos como a grande inimiga. O trabalho da própria CPMI estava sendo colocado sob suspeita segundo os evangélicos, como mostra o pronunciamento a seguir:

Sou um Parlamentar zeloso das minhas atitudes, sempre preservei a minha vida longe de qualquer tipo de falcatura (...) anunciei que não registrei a minha candidatura a nenhum cargo eletivo para a próxima Legislatura, porque, de alguma forma, fui envolvido nessa questão que está alardeando o País (...) a CPMI que me acusa de participação no esquema das ambulâncias não me ouviu. Ela funciona como um inquérito policial é natural, em que não cabe o contraditório. Apesar de apresentarmos todas as defesas, não fomos ouvidos nem considerados.(...) nunca me envolvi com irregularidades; pelo contrário, fui envolvido da forma mais covarde possível por não saber o que estava acontecendo e por não conhecer ninguém dessa quadrilha. Dep. João Mendes de Jesus, PSB – RJ (Diário da Câmara dos Deputados, 16/08/2006, p. 40526).

O nome de João Mendes (PSB-RJ) também constava na lista da CPMI. Sua crítica era destinada à forma como estava sendo conduzido o trabalho da Comissão.

---

<sup>6</sup> Na página <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1380721-5601,00.html>, são apresentados, em ordem cronológica, todos os fatos sobre a máfia das sanguessugas que ocorreram naquele período. Destaques para a criação da CPMI, o envolvimento de parlamentares, a relação com as prefeituras e a prisão de Luiz Vedoin.

Sem ouvir a sua defesa, a CPMI funcionava na mesma base de um inquérito policial. O deputado reconhece que acabou sendo envolvido neste esquema, no entanto, revela desconhecer o que de fato o levou a este envolvimento. Muitos pronunciamentos de deputados evangélicos assumiam isto, um suposto envolvimento desconhecido pelos próprios, responsabilizando assim os seus respectivos assessores ou outras pessoas que trabalhavam nos gabinetes.

O discurso evangélico sobre a “máfia das sanguessugas”, que resultou na abertura da CPMI “das Ambulâncias”, apresenta algumas características relevantes para a análise empreendida neste trabalho. O antagonismo, segundo a teoria de Ernesto Laclau (1987), é fundamental para a construção do discurso político. O cenário na qual é construída uma formação discursiva sempre irá apresentar como principal característica esta relação antagônica, o surgimento de polos, entre aqueles insatisfeitos diante de algo, e o discurso comum, ou seja, aquele que vai apresentar a capacidade de unificar outros discursos.

Sobre o tema da corrupção, mais precisamente no caso das ambulâncias, é possível perceber no discurso evangélico um adversário comum, a imprensa. A dicotomia é estabelecida entre os deputados evangélicos (e não evangélicos) de um lado e imprensa do outro lado, somado ao trabalho da Comissão que vem sendo questionada, segundo o último excerto citado neste artigo.

Seguindo a caracterização evangélica, diante destes ataques da imprensa, surge um ponto articulador, em outras palavras, um discurso comum que é capaz de designar e unir diferentes elementos na oposição a algo. Neste sentido, a “negação do suposto envolvimento” de cada parlamentar constitui o ponto nodal neste discurso. Todos os pronunciamentos que denominam a imprensa como a grande responsável pelos ataques à reputação dos parlamentares evangélicos, acaba por realizar ao mesmo tempo a defesa da sua integridade que vem sendo depreciada pela mesma imprensa.

O discurso de negação acaba fixando um novo sentido que expõe esta capacidade de articulação entre as diversas caracterizações que os parlamentares evangélicos estavam recebendo. As seguintes afirmações: “*Procuram denegrir a minha imagem*”, “*sou vítima dessas calúnias*”, “*nunca me envolvi com irregularidades*” que aparecem nestes pronunciamentos, revelam o tom contestador dos deputados

evangélicos, ou seja, a defesa é o que acaba unindo estes diferentes posicionamentos acerca do escândalo das ambulâncias.

Nesta análise do discurso evangélico, a imprensa representa este exterior contrário, ou seja, o polo antagônico. O posicionamento evangélico é construído contra o que de fato é anunciado pelos meios de comunicação. Apesar do incontestável envolvimento dos evangélicos no esquema das ambulâncias, a prática articulatória que ocasionou este discurso em todos os momentos apresentou como principal característica a negação deste envolvimento. Não foram identificados pronunciamentos que assumissem a participação, apenas discursos de defesa.

Apesar desta forte repercussão sobre o escândalo da máfia das ambulâncias, foram verificados poucos pronunciamentos advindos de parlamentares evangélicos sobre o tema. Esta escassez pode servir como prova sobre o envolvimento dos evangélicos neste esquema corrupto. Um silêncio que beira o consentimento, já que metade da Frente Parlamentar Evangélica estava envolvida no escândalo que abalou o final da legislatura.

No entanto, com toda esta carência de pronunciamentos de parlamentares evangélicos sobre este assunto, foi possível chegar a um entendimento através da análise do comportamento discursivo deste segmento sobre o caso. Obedecendo aos limites do campo da discursividade, o polo antagônico estava representado principalmente pela imprensa, ao mesmo tempo em que o ponto nodal responsável pela articulação de diferentes elementos era constituído pelo discurso negador deste envolvimento.

Pelo número reduzido de discursos, não foi possível perceber o exato momento em que houve uma alteração semântica nos conteúdos destes, no entanto, torna-se possível identificar a produção do novo sentido através destes pronunciamentos que revelam uma suposta defesa da integridade que vinha sendo ameaçada.

O discurso evangélico sobre a corrupção, mais precisamente nos dois casos explorados neste artigo, o escândalo do mensalão e da máfia das ambulâncias, demonstra como os acontecimentos discursivos, segundo Laclau (1987), apresentam como principal característica esta dispersão, mas que ao mesmo tempo revelam uma dose de regularidade, através da produção de sentidos que conduzem ao surgimento de uma totalidade, com um novo significado.

O discurso evangélico, que antes se apresentava como o “detentor da moral”, o responsável pela extinção da corrupção do meio político, passa a se constituir em um discurso de defesa dos ataques proporcionados, sobretudo pela mídia, principalmente quando surge o escândalo “das sanguessugas”. Em outras palavras, o discurso autoproclamatório torna-se um discurso de resistência frente aos resultados que eram gerados à medida que os trabalhos da CPMI “das Ambulâncias” avançavam.

### **Considerações finais**

No presente texto, buscou-se, a partir da leitura e consequente análise discursiva, compreender a caracterização evangélica através de um tema que é considerado polêmico para aqueles que atuam na política institucional, ou seja, a corrupção. Os evangélicos chegam a 52ª Legislatura com um discurso “imaculado” de combate à corrupção, à malversação do dinheiro público e de condenação às práticas sórdidas que, na caracterização deste segmento, vinham prejudicando a imagem do campo político, também suscetível as “influências ruins”.

O esquema do mensalão e a máfia “das Sanguessugas” foram os episódios que marcaram os trabalhos no Congresso Nacional. Incrivelmente, aqueles políticos que se autodenominavam como os responsáveis pela moralização do campo político, estavam envolvidos nestes escândalos.

Obviamente que, conforme foi explorado neste artigo, o envolvimento evangélico não foi total, no mensalão apenas dois nomes envolvidos, e na máfia “das Sanguessugas” grande parte da Frente Parlamentar Evangélica, porém, não a sua totalidade. Isso revela que parte dos parlamentares evangélicos encerrou a sua participação nesta legislatura em uma situação contrária sobre aquilo que era apresentado e defendido nas campanhas eleitorais e no início dos trabalhos, ou seja, os isentos à corrupção transformam-se em seus artífices.

A modalidade de análise aplicada neste texto auxilia na compreensão do comportamento discursivo dos evangélicos sobre estes casos de corrupção. Primeiramente pela capacidade de entendimento sobre a construção discursiva evangélica a respeito do tema, ou seja, a identificação de uma linha antagônica, sobretudo na caracterização da imprensa como o polo oposto, na construção de sentidos,

na fixação de um ponto nodal comum e também através do estabelecimento das práticas articulatórias. Tendo como principal guia, os aportes teóricos da obra de Ernesto Laclau, foi possível chegar a estas conclusões.

O discurso evangélico, sobre a corrupção, em um primeiro momento, apresentou-se como um discurso “moralizante”, mas, no decorrer da legislatura, foi adquirindo como principal característica o discurso de segmento vitimizado em virtude dos trabalhos das CPMIS e das notícias veiculadas na imprensa.

A carência de pronunciamentos de parlamentares evangélicos sobre a temática investigada, em alguma medida, prejudica o trabalho de análise mais aprofundada, no entanto, esta mesma carência evidencia o grau de envolvimento de alguns evangélicos nos casos de corrupção, sobretudo na máfia das ambulâncias. Se eles se consideram tão imunes assim aos escândalos ocorridos, por quais razões não apresentaram justificativas plausíveis nestas ocasiões como as sessões do Grande Expediente? Os interrogatórios na CPMI “das Ambulâncias” revelam o contrário, houve um envolvimento de parcela significativa da Frente Parlamentar Evangélica neste esquema.

Como este artigo pretende analisar exclusivamente o comportamento discursivo nas sessões do Grande Expediente, procurou-se apenas explorar os discursos neste momento no plenário. Sendo assim, a cumplicidade desta parcela de parlamentares evangélicos com o escândalo está baseada apenas nesta escassez de discursos que poderiam vir a realizar resistências às acusações, que, segundo os poucos parlamentares que resolveram se manifestar, estavam sendo propagadas incessantemente pela imprensa.

## Referências

ARANTES, R. B. Corrupção e instituições políticas: uma análise conceitual e empírica. In: 7º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2010, Recife. **Anais do 7º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA**. 2010. p. 01-37.

BAPTISTA, S. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil**. São Paulo: Annablume, Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, vol. 1, 1998.

CONGRESSO NACIONAL. **Relatório Parcial da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. CPMI - Compra de Votos (Mensalão)**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1335>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

CONGRESSO NACIONAL. **Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios”**. Brasília, 2006a. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/Comissoes/CPI/RelatorioFinalCorreios.asp>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

CONGRESSO NACIONAL. **Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “das Ambulâncias”**. Brasília, 2006b. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/CPI/RelatorioFinalAmbulancias.asp>>. Acesso em: 22 dez. 2010.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

MARIANO, R.; HOFF, M.; D., TOTY Y. S. Evangélicos Sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos grupos religiosos. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 7, n.10, p. 65-78, jul/dez. 2006.

ORO, A. A política da igreja universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18 n. 53, p. 53-70, out. 2003.

PIERUCCI, A. Representantes de Deus em Brasília: A Bancada Evangélica na Constituinte. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, n. 11, p.104-132, 1989.

RODRIGUES, L. M. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006.

TADVALD, M. Demonização da política ou a política demonizada? Os evangélicos e as eleições federais de 2006. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 7, n.10, p. 79-88, jul/dez. 2006.

---

**Sobre o Autor**

**Rafael Bruno Gonçalves**

Possui graduação em Ciências Sociais - Licenciatura (2008), mestrado em Ciências Sociais (2011), pela Universidade Federal de Pelotas e doutorado em Sociologia (2016) pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com período sanduíche (2015) na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase nos seguintes temas: religião e política, análise do discurso, teoria social contemporânea, sociologia da religião, pentecostalismo e protestantismo. Atua como Professor Substituto na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

---

Artigo Recebido em Outubro de 2017.  
Artigo aceito para publicação em Dezembro de 2017.